



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

CAMILA BASTOS MONTEIRO

**O PROTAGONISMO FEMININO X RELIGIÃO CRISTÃ:
O FEMINISMO COMO UMA FERRAMENTA DE
RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO RELIGIOSO**

ARIQUEMES – RO

2019

Camila Bastos Monteiro

**O PROTAGONISMO FEMININO X RELIGIÃO CRISTÃ:
O FEMINISMO COMO UMA FERRAMENTA DE
RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO RELIGIOSO**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Psicologia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Prof^a Orientadora: Me. Carla Patrícia Rambo Matheus.

ARIQUEMES – RO

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Júlio Bordignon - FAEMA

Monteirop	MONTEIRO, Camila Bastos.
	O PROTAGONISMO FEMININO X RELIGIÃO CRISTÃ: O FEMINISMO COMO UMA FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO RELIGIOSO. / por Camila Bastos Monteiro. Ariquemes: FAEMA, 2019.
	52 p.
	TCC (Graduação) - Bacharelado em Psicologia - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.
	Orientador (a): Profa. Ma. Carla Patricia Rambo Matheus.
	1. Feminismo. 2. Religião. 3. Patriarcado. 4. Protagonismo. 5. Conquista Feminina. I Matheus, Carla Patricia Rambo. II. Título. III. FAEMA.
	CDD:150.

Bibliotecário Responsável
EDSON RODRIGUES CAVALCANTE
CRB 677/11

Camila Bastos Monteiro

**O PROTAGONISMO FEMININO X RELIGIÃO CRISTÃ:
O FEMINISMO COMO UMA FERRAMENTA DE
RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO RELIGIOSO**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Psicologia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Prof^a Orientadora: Me. Carla Patrícia Rambo Matheus.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Prof^a. Me. Carla Patrícia Rambo Matheus
<http://lattes.cnpq.br/4834773672725638>
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof^a. Me. Eliane Alves Almeida Azevedo
<http://lattes.cnpq.br/4994015719356247>
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof^a. Me. Ana Claudia Yamashiro Arantes
<http://lattes.cnpq.br/2181183340752599>
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Ariquemes, 04 de Julho de 2019.

A todas as mulheres corajosas que lutaram bravamente contra aqueles que tentaram nos silenciar. As mulheres que não temeram a morte em nome da nossa liberdade. As mulheres que caminharam pelo caminho espinhoso do preconceito e ignorância para que hoje pudéssemos ser quem somos, e lutarmos por aquelas que desejam muito mais.

“Ninguém solta a mão de ninguém.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, por prover sempre mais do que mereço, por toda força e discernimento concedido para alcançar mais essa etapa da minha vida. A Ele toda a glória e honra!

À minha mãe, **Maria Helena Bastos do Carmo Monteiro**, por todo o incentivo em minha carreira estudantil, por sempre sonhar junto comigo, me incentivando a ir mais além, por ser minha força e baluarte em todas as situações. Especialmente por me ensinar que ser mulher é estar em constante revolução dentro da revolução. Minha gratidão é eterna e meu amor imensurável!

Ao meu pai, **Sebastião José Monteiro**, pelo amor e carinho a mim dedicado.

Ao meu irmão, **Wilian Henrique Bastos**, por sempre estar ao meu lado, apesar dos 4.843 km de distância que nos separam, para mim você é um amigo inestimável.

Ao meu esposo, **Joel Francisco Rodrigues**, que sempre me ampara com seu abraço aconchegante, suas palavras de conforto e sua paciência interminável. Te amo!

A minha filha, **Olívia**, que mesmo antes de nascer me fez renascer, revigorando minhas forças e mostrando que sou capaz de ir mais além. Sempre lutarei por você, por sua liberdade de ser o que quiser ser. Seja sempre uma mulher que liberta outras mulheres. Amo você!

Aos professores que estiveram em minha caminhada acadêmica, em especial a orientadora **Ms. Carla Patricia Rambo Matheus**, que com sua postura mostrou-me uma psicologia viva, eficaz, crítica, inclusiva, empática e humanista. Obrigada pelo conhecimento a mim repassado.

Aos amigos que tornaram essa caminhada mais prazerosa, vocês foram essenciais.

A mim mesma, por ter me permitido desconstruir de meus pré-conceitos, fluindo em novos conhecimentos, reconhecendo a multiplicidade que o ser humano pode ser ao ser humano. Que não me falte coragem de ser tudo que sou capaz de me tornar!

“Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.”

Simone de Beauvoir.

RESUMO

Foi com intuito de esboçar um olhar sobre a religião cristã ocidental e o movimento feminista, que esta pesquisa buscou desmistificar pré-conceitos sobre a temática, discutindo a religião cristã e os seus construtos, dispondo sobre a cultura do patriarcado, a concepção da mulher dentro da sociedade, reverberando sobre o seu protagonismo na luta por direitos básicos. Como uma pesquisa de revisão de literatura, pretendeu-se esquadrihar através de uma leitura crítica sobre as causas e efeitos da religião cristã na formação cultural que moldou os alicerces da sociedade ocidental, além de estruturar uma imagem feminina distorcida. Verifica-se dentro da temática apresentada uma discussão dos pensamentos feministas contemporâneos face à religião cristã, delimitando o percurso feminista e o seu protagonismo em feitos insígnies – percorrendo sobre as 03 (três) ondas que o formaram, apresentando mulheres que estiveram à frente de seu tempo, ficando marco nas conquistas libertárias feminina; a contextualização histórica do patriarcado e da concepção que baliza a religião cristã ocidental – trazendo dos anais históricos os alicerces que talharam o modelo patriarcal, e por fim, rememorando o cenário hodierno que estamos inseridos, aduzindo sobre o destaque que as mulheres têm obtido a partir da luta feminista, usufruindo da liberdade, se despreendendo gradativamente dos papéis atribuídos a elas durante os períodos históricos, metamorfoseando o conceito de ser mulher. Considerou-se sob esta ótica que tais temáticas não são discordantes entre si, mas que foram elaboradas para propiciar ao homem ferramentas para o controle da mulher e a perpetração da subserviência feminina, além da manipulação sobre outras classes minoritárias, promovendo desigualdade social

Palavras-chaves: Feminismo; Religião; Patriarcado; Mulher; Protagonismo, Conquista Feminina.

ABSTRACT

It's in order to sketch a look about the western christian religion and the feminist movement that this research looked forward to demystify preconceptions on the theme, discussing the Christian religion and it's constructs, disposing at the patriarchal culture, the conception of woman inside the society, reverberating on their protagonism at the fight of basics rights. As a literature review research, it was intended to scan through critical reading on the causes and effects of christian religion in the culture formation which shaped the foundations of western society, in addition to structuring a distorted female image. It is verified at the presented theme a discussion of the contemporary feminist thoughts in front of christian religion, delimiting the feminist path and their protagonism in notable performances – discussing about the 03 (three) waves that formed it, presenting women that were ahead of their time, setting the marks in the women's liberation achievements; the historical contextualization of patriarchy and of the conception that goals the western christian religion - bringing from the historical annals the foundations which carved the patriarchal model, and finally, remembering the current scenario in which we are inserted, adducing about the highlights that women have obtained from the feminist fight, enjoy freedom and gradually detach from the roles which were atributed to them during historic periods, changing the concept of being woman. Considering from this point of view, such themes are not discordant from each other, but they were elaborated to propitiate to man tools towars woman control and the perpetration of female subservience, beyond the manipulation over other minority classes, due to promote social inequality.

Keywords: Feminism; Religion; Patriarchy; Woman; Protagonism; Female Achievement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
3 METODOLOGIA	14
4 REVISÃO DE LITERATURA	15
4.1 PERCURSOS HISTÓRICOS: UMA REMEMORAÇÃO NECESSÁRIA.....	15
4.1.1 Contextualização histórica do feminismo	16
4.1.2 Em que onda feminista estamos surfando?	21
4.1.3 Contextualização histórica do patriarcado.....	22
4.1.4 Protagonismo feminino em conquistas históricas.	25
4.2 RELIGIÃO, PATRIARCADO E RESISTÊNCIA.....	29
4.2.1 Contribuição religiosa para a propagação do sistema patriarcal	30
4.2.2 Feminismo como meio de resistência e luta para uma nova identidade de mulher na sociedade e na religião	36
4.3 CENÁRIO CONTEMPORÂNEO.....	39
4.3.1 Conceptualização de Gênero	39
4.3.2 Internet: redes sociais.....	40
4.3.3 Quebrando barreiras: o feminismo em tempos hodiernos.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	52

INTRODUÇÃO

Ao fazer uma breve análise da sociedade, vislumbra-se que nossos moldes sócio-históricos-culturais estão alicerçados sobre uma ideia conservadora do patriarcado, ajustados em uma ordem em que privilegia o homem em relação às mulheres, colocando-as em funções subalternas, em papéis restritos ao ambiente familiar e a procriação da espécie humana, posteriormente transformado em exercício da maternidade.

Desta forma, remonta-se desde os tempos primitivos o estabelecimento de um construto social que molda a mentalidade onde o papel social atribuído a persona feminina é de um ser dominado, imperando a fragilidade, além do apregoado instinto para o trabalho doméstico e manutenção do estereótipo de que a base da harmonia familiar é inerente a todas às mulheres, pondo-as em situação de coadjuvante. Ao homem, o chefe da casa, destina-se o posto de provedor financeiro do lar, de líder, já que este coloca-se em posição de perigo, desbravando as adversidades emuladas na sociedade para trazer o sustento. Aos filhos e o restante dos agregados ao corpo familiar, cabe a posição de submissão e subserviência cega. Assim sendo, legitimou-se o papel de dominação do homem, estabelecendo relações de gênero desiguais, denominando como uma cultural patriarcal (PEDRO; GUEDES, 2010).

Foi por meio da instituição do casamento, um dos principais artifícios de controle de corpos, que a mulher passava do domínio do pai para o domínio do marido, deixando para trás o sobrenome originário de sua antiga família e adotando um novo sobrenome, abandonando sua ligação com a religião da família e passa a praticar a religião da família do marido e a cultuar os deuses dele, encontrando-se em estado de propriedade do marido, onde este tinha plenos poderes para ditar quais comportamentos e obrigações que a mulher passaria a possuir, renegando suas origens. Ao passo que, se por alguma adversidade, a mulher se tornasse viúva, ela não poderia ter seu próprio domínio, estando obrigatoriamente sujeita aos seus próprios filhos ou, caso não os tivesse, submeter-se-ia aos parentes homens mais próximos do marido. (SURUAGY DO AMARAL DANTAS, 2010).

Tal discrepância nos papéis destinados aos homens e às mulheres reverberou-se também na esfera pública, onde apenas os homens poderiam ocupar cargos públicos e/ou políticos.

Perpassando tais conceitos, a Igreja, sob a égide do Cristianismo, foi tomada como religião na sociedade ocidental, e desta forma auxiliou para que normas e valores que arcabouçavam o patriarcado se reproduzissem, tomando a Bíblia como base de suas crenças, perfazendo assim o controle social, sendo esta uma forma de introjeção de valores, normas e padrões de comportamentos a fim de manter a ordem, a proteção e a eficiência social. Para tanto, o conjunto das Instituições Sociais como o Estado, a Igreja e a Família atuou fortemente para que tais conceitos nefandos fossem se adequando à sociedade, plastificando-a e agindo como agentes de regulação social, gerenciando as demandas e controlando as atividades humanas (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012).

Como uma forma de romper com a cultura patriarcal e machista que impera no corpo social que nos forma, urge o feminismo, o movimento que busca a libertação feminina da situação de opressão e violência. Assim, para eximir as divisões hierárquicas dentro do contexto familiar o movimento feminista tem como uma das prioridades apresentar as diversas formas de constituição familiares, criticando esta visão adotada pela sociedade através das políticas de Estado e da Religião, de que a família se constituiria apenas pela união heterossexual cujo o objetivo está na reprodução, excluindo os modelos que não se enquadravam neste padrão. Deste modo, o movimento traz as lutas a inserção das diversas possibilidades de constituição familiar, embasadas no afeto, e que não haja a classificação por níveis hierárquicos, visto que tais disseminam os ideais de superioridade e inferioridade dentro das relações (DE SOUZA, 2017).

Assim, o desejo por abordar esse tema surgiu a partir de discursões em sala de aula e leituras pessoais que levaram à minha desconstrução sobre o feminismo e a religião, eclodindo os alicerces preconceituosos que plastificaram meus conceitos acerca do que é ser mulher na sociedade e, principalmente da subserviência feminina imposta dentro do contexto religioso. Desta forma, o objetivo deste estudo é levar o leitor à reflexão que tais temáticas não são discordantes entre si, mas que foram modeladas para prover ao homem mecanismos que menosprezassem de forma pragmática a mulher, pondo-a em situação de subalternidade em seu papel social.

Destaca-se que este trabalho está organizado em 03 (três) capítulos, delimitados como Percursos Históricos: Uma Rememoração Necessária – no qual são contextualizados o feminismo, patriarcado e as conquistas históricas protagonizadas especialmente por mulheres brasileiras; Religião, Patriarcado e Resistência – que traz em cerne as questões religiosas que alicerçaram o patriarcado na cultura e como o feminismo retumbou na forma de um mecanismo de resistência para a mulher; Cenário Contemporâneo – no qual aborda as ferramentas midiáticas que atualmente evidenciam o protagonismo feminino, tais como as redes sociais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a construção da subjetividade feminina e sua autonomia a partir da discussão entre os pensamentos feministas contemporâneos face à religião ocidental cristã.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar o percurso histórico do conceito feminista;
- Analisar o impacto da religião cristã frente a construção cultural da imagem feminina;
- Contribuir para a compreensão dos pensamentos feministas através da diáde da lógica feminista em face da religião cristã ocidental.

3 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de pesquisa de revisão de literatura que objetiva versar sobre a influência da religião para a propagação de ideias patriarcais e o movimento feminista contrapondo tais ideais. Para o levantamento bibliográfico serão utilizados materiais que já foram elaborados por autores que se debruçaram sobre o assunto, e que se relacionam com a temática proposta (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Nesta pesquisa bibliográfica, foram utilizados materiais e publicações científicas encontradas na base de dados Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (Scielo), além de materiais da Biblioteca Julio Bordignon.

O critério de inclusão incidiu sobre referências que fazem menção aos aspectos do feminismo, patriarcado e religião. Materiais que não se encaixaram nos requisitos citados foram excluídos. O período para a realização deste estudo foi compreendido entre fevereiro a junho de 2019. Os materiais buscados foram achados através dos descritores: Feminismo; Religião; Patriarcado; Mulher; Protagonismo, Conquista Feminina.

Dos 38 materiais utilizados na elaboração do trabalho, constam-se: 24 artigos nacionais; 2 artigos em língua estrangeira; 4 anais de congresso; 4 livros; 1 dicionário; 1 tese; 1 monografia; 1 matéria de jornal.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 PERCURSOS HISTÓRICOS: UMA REMEMORAÇÃO NECESSÁRIA

As características de uma cultura e sociedade são resultantes dos processos históricos que a antecederam, portanto conhecer a história permite compreender o presente. A autora Barreto (2004) afirma que a sociedade contemporânea foi fundada a partir de uma estrutura patriarcal que influencia os modos de produção, consumo, política, legislação e cultura, conferindo a tais esferas relações marcadas pela dominação e violência. Contrapondo esse sistema que se estabelece a partir das relações opressoras tem-se o movimento feminista, que visa através de lutas e campanhas, o declínio do patriarcalismo, e a ascensão do estabelecimento de relações igualitárias.

Assim, considera-se o feminismo como um movimento plural e diverso, dispondo-se como uma forma de luta contra a opressão que é exercida sobre as mulheres, efetivando-se em uma busca pelos direitos e demandas femininas, e, portanto o movimento está em constante evolução, agregando novas pautas, atendendo às novas demandas oriundas das mudanças sociais, promovendo políticas que visam erradicar as desigualdades entre os gêneros, combatendo o sexismo (DE SOUZA, 2017).

Não raramente na sociedade o feminismo em uma visão do senso comum pode ser mal interpretado e entendido como uma ideologia que apregoa "ódio aos homens", e a superioridade feminina, contudo o feminismo busca o fim da dominação patriarcal construída ao longo da história da humanidade, influenciada por fatores como a religião. O feminismo, portanto não é filosofia contrária ao machismo, visto que o machismo é caracterizado pela dominação sobre o sexo feminino, mas é a luta pela igualdade de direitos (RODRIGUES; et al, 2014). Deste modo faz-se necessário adentrar no social dispondo informações que visem desconstruir visões equivocadas do feminismo.

Sob este arcabouço, na atualidade, conforme traz Mendes et al. (2015) é corriqueiro que se propague uma ideia de que as mulheres já conquistaram todo o

espaço que havia para se conquistar, e diante deste pensamento criam-se argumentos para pormenorizar o movimento feminista, alegando que este não se faz necessário. Ora, tal pensamento ainda supõe que as conquistas femininas obtidas ao longo dos anos ocorreram de maneira naturalizada, e não pelo fato de que houveram pessoas engajadas em um movimento que lutaram para que se fosse criado e assegurado o direito a igualdade. Entretanto, para refutar este pensamento um tanto quanto cristalizado, há a comprovação de fatos históricos do movimento feminista em suas fases que comprovam a importância e sua relação com conquistas para as mulheres.

Deste modo, para compreender o papel feminino na atualidade é preciso percorrer a história, e assim verificar que não foram em todos os períodos que a figura feminina usufruiu da liberdade de escolha e decidir seu próprio destino. A atualidade predispõe de uma liberdade feminina em sair da esfera privada e se mostrar como figura pública; esta é fruto de incessante luta histórica. Contudo a liberdade feminina em diversos contextos existe apenas no campo teórico, e diante disto torna-se fundamental a propagação dos ideais feministas na sociedade, para que o feminismo continue trazendo contribuições sociais.

4.1.1 Contextualização histórica do feminismo

A história é marcada por períodos e culturas nos quais predominam uma estrutura patriarcal machista, e pode-se supor que por este fato, não há registros que mencionem a existência de grupos que contestassem a organização patriarcal, deixando assim subtendido na história atual que no passado a oposição ao sistema fora silenciada de forma opressora (BITTENCOURT, 2015). As primeiras organizações feministas registradas surgiram no final do século XVIII juntamente com o advento da Revolução Francesa (BITTENCOURT, 2015). Valida-se que a Revolução Francesa teve sua base ideológica nos ideais iluministas, cujo lema *Liberté, égalité, fraternité* transmitindo os desejos dos homens e mulheres da época, apregoando que a autoridade deveria basear-se na razão, no método científico, afastando-se de crenças religiosas que promoviam o misticismo, defendendo a

laicidade do Estado, a liberdade social, o constitucionalismo, a igualdade nos direitos, além de lutar contra a opressão monarca absolutista.

Para De Souza (2017) o movimento feminista se apresenta como caráter político e intelectual. Seu surgimento, no final do século XVIII e início do século XIX, concomitante ao mesmo período do advento da Revolução Industrial, "pode ser considerado um filho indesejado da Revolução" (MIGUEL; BIROLI, 2014 p. 20 apud DE SOUZA, 2017, p. 185). O feminismo em seu sentido filosófico discerne que homens e mulheres possuem experiências díspares e recobra que pessoas diferentes não sejam tratadas como equivalentes. (NARVAZ; KOLLE, 2006).

A teoria feminista, em seu olhar político, pretendia propor medidas que visassem facilitar mudanças no meio cotidiano, analisando e expondo papéis que a ideologia de gênero desempenhava, e para tanto, empreendeu-se em repensar conceitos que fundamentam toda a vivência em sociedade (história, ciência, literatura, antropologia.) (KELLER, 2006).

Para compreender o movimento feminista faz-se necessário compreender a sua história, que divide o movimento em três ondas, cada qual com particularidades e reivindicações atreladas ao contexto em que emergiram.

O período da primeira onda feminista corresponde ao final do século XVIII até início do século XX. Esta fundamentou-se em uma ideologia burguesa, que buscava ampliar o conceito de cidadania existente, congregando ao conceito mulheres, homens negros, e parte das camadas populares (BITTENCOURT, 2015).

Durante a primeira onda do feminismo Mendes et al. (2015) mencionam que a eclosão do *Women's Suffrage* (mulheres sufragistas), movimento pelo qual mulheres através de manifestações buscavam pela garantia de conseguirem usufruir de direitos, possibilitou a conquista do voto feminino em 1913 no Reino Unido.

No cenário brasileiro, a primeira onda também esteve atrelada ao ingresso da mulher na vida política com a garantia de exercer o direito ao voto, o movimento foi liderado por Bertha Lutz, uma cientista com formação em Biologia, de bagagem acadêmica internacional que ao retornar ao Brasil, a partir da visão adquirida na Europa observou que a mulher brasileira estava inserida em um contexto opressor, e que precisaria iniciar reflexões para mudar o cenário de mulheres que em sua maioria eram analfabetas, instruídas apenas para a vida doméstica e impedidas de possuir educação institucional (MENDES et al., 2015). No Brasil o direito feminino ao voto é conquistado a partir do decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932,

evidenciando que o movimento buscava ultrapassar as limitantes sociais e políticas, não hesitando em enfrentar os poderes públicos na busca pela construção e garantia de uma sociedade igualitária entre os sexos.

O foco das lutas por conquistas da primeira onda se concentrava no âmbito profissional com o ingresso da mulher na vida trabalhista, no direito ao acesso à educação, e na sua participação política com a concessão do direito ao voto. Por se tratar do primeiro movimento da classe, em que mulheres contestavam seu espaço social e buscavam a igualdade, ele não congregava a todas as mulheres de forma igualitária, pois, conforme afirma Bittencourt (2015), esta fase estava atrelada ao interesse das mulheres brancas e de classe média/alta, contudo teve grande contribuição, e proporcionou uma abertura da mulher na sociedade, e posteriormente desencadeou as demais ondas. Mas, de acordo com Bittencourt (2015, p.200):

Sempre que o movimento restringe-se a pautas isoladas, sem observar a estrutura de dominação e exploração que antecede a discriminação pontual, conquistados os direitos formais – civis e políticos –, a luta de massas está fadada a arrefecer.

E por este esfriamento, a autora ressalta que o movimento entre as décadas de 1930 e 1940 houve um período de declínio, visto que entrou-se em uma zona de conforto: as mulheres já podiam se engajar na vida política, votando e sendo votadas; podiam frequentar escolas e universidades; e já podiam ingressar no mercado de trabalho. Entre o período de descensão feminista faz-se relevante pontuar que as mulheres tiveram direitos adquiridos pelo fato que o cenário conglobava grandes guerras mundiais, em meio às quais aos homens era incumbida a missão de povoar os campos de batalhas, deixando lugares sociais que precisavam ser ocupados, e vieram a ser, pelas mulheres (BITTENCOURT, 2015).

Conseqüentemente, com o fim das guerras os homens retornaram aos seus lares, e novamente para ocupar suas posições na vida pública, e a mulher novamente é impelida pelo Estado e mídia (de maneira conotada através de propagandas exaltando a feminilidade atrelada ao papel de mãe, esposa e figura frágil) a retornar e ocupar seu papel doméstico (Bitterncourt, 2015). Deste modo, mas uma vez na história humana a mulher estaria se pondo ao papel de submissão a uma cultura patriarcal, sendo posta fora da vida pública para atender as necessidades políticas, e manipulada a voltar ao “seu lugar” quando já não mais convinha a vida pública, pois os homens estavam de volta.

Para não deixar retomar a cultura patriarcal que se instaurou e perdurou toda a história pregressa, faz-se necessário retomar às conquistas alcançadas pelo feminismo, a exemplo a conquista no ingresso no mercado de trabalho.

A segunda onda do movimento feminista surge questionando suas próprias raízes e interesses voltados com exclusividade à classe burguesa, e partir da autocrítica, formula ideais que congregam lutas que abarcam conquistas às mulheres de todas as cores e camadas sociais (BITTERNCOURT, 2015). A segunda onda como descreve Bittencourt (2015, p.201) atua:

[...] incorporando diversas frentes de luta e denunciando o patriarcado como forma de expressão do poder político exercido através da dominação masculina e inferiorização das mulheres que ultrapassa o campo do privado, invade todos os espaços da sociedade e representa uma estrutura de poder baseada tanto na violência quanto na ideologia.”

O feminismo emergente da segunda onda, entre as décadas de 1970 e 1980 teve caráter político, cujo objetivo era alcançar mudanças e conquista sobre a vida das mulheres, reconhecendo que para tal era necessário conclamar mudanças no cenário mundial (KELLER, 2006).

A autora Keller (2006) afirma que a segunda onda do movimento feminista conseguiu mudar o mundo, apesar desta mudança não abarcar todas as expectativas que o movimento congregava, é notório que no mundo ocidental fora mudada a percepção das mulheres e sua posição frente a sociedade.

A partir das buscas, propostas e reivindicações da segunda onda do movimento feminista, Keller (2006) aponta que o movimento possibilitou o surgimento de uma sociedade com novos costumes que proporcionou uma abertura da mulher no meio social, ressignificando gênero, o que possibilitou a abertura e conquista de espaço da mulher no ramo da ciência, engenharia, medicina.

Diante do cenário global no qual o movimento hippie ganhava força e adeptos, as pílulas anticoncepcionais eram lançadas e o movimento feminista retorna, visando continuar desbravando as conquistas e lutando pelo direito ao espaço e liberdade da mulher, e então, as décadas de 1970 a 1980 são marcadas pela segunda onda do movimento feminista.

A autora Fraser (2012) propõe a rememorar o feminismo em sua segunda onda, com o intuito de que, através da análise pregressa se possa propor melhorias no futuro. Para tal análise a autora divide a segunda onda do feminismo em 03 (três) pontos: o primeiro ponto corresponde ao exórdio do movimento; o segundo concerne

ao processo de uma evolução do feminismo em contexto social drasticamente demudado do crescente neoliberalismo; o terceiro ponto faz menção a possível reorientação do feminismo na atualidade com as crises capitalistas. A intenção da autora não é de exaurir a história, mas analisá-la e compreender as reais conquistas. Um dos questionamentos levantados pela autora é a eficácia da sua transformação sobre a sociedade: o movimento traz transformações para o âmbito cultural, mas não consegue provocar mudanças em Instituições. Para ela a questão é: o movimento conseguiu que questões como igualdade fossem implementadas na cultura, de modo que na atualidade o conceito é aceito socialmente, contudo este aceitação ainda requer compreensão na prática.

Neste ponto, pode-se reportar a Mendes et al. (2015), mencionados anteriormente, quando dizem que na sociedade as conquistas ainda são vistas como decorrentes de um processo naturalizado, evidenciando que esta visão social não possui um olhar histórico que contemple o esforço e luta, e que não vê igualdade de gêneros como fruto de uma conquista árdua. Assim, correlacionando o apontamento de ambos autores, é possível deduzir que a sociedade não conhece a sua própria história e que o “insucesso” em algumas lutas do feminismo se dá pela falta de conhecimento e a forte influência das raízes de uma sociedade patriarcal que vem se extinguindo na teoria, mas ainda apresenta resquícios na prática.

A terceira onda feminista surgiu por volta da década de 1990, e perdura até o cenário hodierno. Seu surgimento é derivado de uma premência de renovação do movimento, apresentando reivindicações mais abrangentes que a onda anterior, pois integra a teoria *queer*¹, conscientização negra, pós-colonialismo, liberdade e autoestima sexual, dentre outros (ZINANI, 2009).

Na terceira fase, como aponta Narvaz e Koller, 2006, o feminismo passa a ressaltar as diferenças, a subjetividade, e assim, a proposta da terceira onda baseia-se na análise das diferenças e das diversidades. O movimento que tinha o seu foco no estudo de sexos perpassa este âmbito, que possuía foco nas relações de gênero. O diálogo e intersecção entre o movimento político e o âmbito acadêmico são

¹ Os estudos *queer* emergem na década de 1980 como uma corrente teórica que colocou em xeque as formas correntes de compreender as identidades sociais, pensando nos sujeitos e as práticas sexuais que ultrapassam a oposição homossexual/heterossexual, mulher/ homem, apontando para a variedade e diversidade das subjetivações e das práticas que não se enquadram em gêneros inteligíveis. O *queer* descreve os gestos ou modelos analíticos que mostram as incoerências da suposta relação estável, revelando que a heterossexualidade não é natural, antes efeito do poder, do controle e da regulação social. Assim, a teoria *queer* tem por objeto os sujeitos que não se enquadram nas matrizes de inteligibilidade de gênero (PINO, 2007).

criados com o intuito de realizar estudos pautados em métodos científicos para estudos sobre gênero, mulher, e feminismo. Assim, o grande desafio da terceira onda é promover o senso de igualdade, contudo, considerando as diferenças subjetivas e as particularidades masculina e feminina.

4.1.2 Em que onda feminista estamos surfando?

É conhecido que a mulher teve que buscar um lugar estratégico para confrontar o sistema patriarcal, o modelo econômico vigente, e as classes dominantes para que sua voz retumbasse até as castas políticas que elaboram e efetivam as legislações que comandam o mundo. Atualmente, a onda feminista – momento histórico relevante, marcado essencialmente por movimentos organizados que buscam por reivindicações específicas – tem atingido todas as mulheres, desde as mais leigas até as intelectuais, levando-as a debaterem questões políticas, econômicas, sociais, culturais e comportamentais consideradas machistas, levando a uma consciência que acelera a politização das mulheres, sendo esse processo dado por meio da formação de coletivos, de grupos de apoio, marchas organizadas na internet que atingem todas as classes sociais, contundindo em uma organização para um ativismo mais eficiente.

Sobre esse eixo, despontaram movimentos como o *#MeToo* (eu também, em português) em que mulheres de todo mundo expuseram abusadores ao contar suas histórias, *#NiUnaMenos* (nenhuma a menos, em português), que mobilizou mulheres em passeatas contra o feminicídio, *#Elenão*, a maior manifestação de mulheres brasileira que repudiam o atual governo que destila ódio contra as mulheres e outras minorias sociais, além da conhecida *Slutwalk* (Marcha das Vadias, em português), que busca a valorização da mulher e contra a cultura do estupro. Apesar da maioria destes movimentos terem surgido em outros países, é notória a adesão de mulheres do mundo, demonstrando que a bandeira erguida pelas mulheres é universal, que a desconstrução dessa cultura é necessária e pontual.

Diante da desvalorização feminina que regeu a sociedade durante séculos, a luta feminina tem-se voltado à libertação dos preceitos que foram empregados às mulheres, construídos a partir de uma cultura machista que apregoava inferioridade às mulheres, em relação do enaltecimento das capacidades sociais e elevação

conferidas aos homens. A libertação de tais ideais é acompanhada pela construção de uma sociedade cada vez mais isenta de discriminações e relações de dominação de gênero, tendo como objetivo alcançar o direito de exercer liberdade, e pelo respeito à alteridade (PEDRO; GUEDES, 2010)

O movimento feminista atual busca muito mais do que as poucas viabilizações ao acesso da mulher na sociedade que a cultura machista pretende oferecer; é necessário políticas públicas que propiciem o segurança física e moral da vida e integridade da mulher em ambientes públicos e privados, a garantia da inserção e permanência da mesma em ambientes políticos, o combate ao assédio velado ou explícito, o direito da plena expressão do corpo feminino (abarcando nesta demanda da descriminalização do aborto, da amamentação em lugares públicos, a quebra da maternidade compulsória), o acesso à saúde e a educação, a igualdade salarial, dentre outras incomensuráveis vicissitudes que impedem o pleno desenvolvimento das mulheres.

Ainda que tenha havido a conquista de direitos, estes não devem fundamentar-se em políticas assistencialistas compensatórias, pois estariam justamente reafirmando estereótipos de inferioridade despotencializando a vitalidade das mulheres e reproduzindo um modelo de conquista pautado em uma visão de inferioridade. Deste modo, os direitos devem ser levados a esfera pública, assim como fazem os movimentos sociais levando ao conhecimento e atraindo a atenção para a resolução de questões pertinentes, surgindo então a possibilidade de defesa e ampliação dos direitos (PEDRO; GUEDES, 2010).

4.1.3 Contextualização histórica do patriarcado

Para que se consiga promover mudanças dentro da sociedade é necessário que os indivíduos tenham conhecimento acerca de sua história, pois como a autora Queiroz (2018) frisa, a apropriação do passado pode ser utilizada como instrumento de mudança no presente e futuro. Contudo, para que se construa uma militância dentro do movimento feminista que congregue equanimidade de direitos é necessário remontar os resquícios da história, afim de identificar onde e quando surgiram os preceitos de superioridade e inferioridade de sexos, para que assim conhecendo origem e causa, possa-se criar soluções contundentes.

Conforme menciona Pedro e Guedes (2010), na cultura ocidental, especificamente na Grécia, o filósofo Aristóteles, ao descrever o sistema familiar, afirma a superioridade do homem dentro deste sistema, alegando que em todas as espécies a figura masculina se porta de maneira superior, e ainda afirmando que a força do homem consiste neste se impor, e a força da mulher consiste em suprimir as dificuldades da obediência. Dentro da sociedade, o espaço ocupado pela figura feminina se restringia à esfera privada, para suprir as necessidades do homem e assim estes pudessem participar da esfera pública como cidadãos livres (PEDRO; GUEDES, 2010).

A instituição do modelo monogâmico familiar se deu pela necessidade do homem em possuir um herdeiro legítimo a partir deste momento a sociedade instaura o modelo patriarcal, a qual Pedro e Guedes (2010, p.03) afirmam que "cabe à mulher as incumbências domésticas, e concomitantemente, ao homem representação da fortaleza emocional e física e quem deve apresentar o veredicto final de qualquer decisão a ser tomada.", e assim incube-se a ideia que a figura feminina representa um elemento de exploração, subserviência e opressão.

Por entre a instituição familiar, conforme aponta De Souza (2017), há uma naturalização do modelo de família patriarcal, na qual a figura do marido/pai assume representação de superioridade, instituindo níveis de hierarquia dentro do sistema família: o homem está acima e a mulher e filhos abaixo, estabelecendo que a função do homem é de suprir necessidades financeiras, e a da mulher de cuidadora do lar e dos filhos. Aqui pode-se discutir sobre as origens deste modo de constituição familiar, visto que é notável que esta crença em superioridade semelhantemente é vista dentro do contexto religioso, pois neste é disseminada a ideia de que o homem figurativamente é o "cabeça" de uma casa (família) e a mulher resta ocupar o lugar de "costela", disposta em um lugar protegido, sujeita a obedecer aos comandos de sua "cabeça".

Dentro do modelo patriarcal, as relações de gênero ditam as funções sociais; estas são distribuídas conforme o órgão sexual do indivíduo. Assim, a sociedade delega as funções ao homem e a mulher. Pode-se afirmar que esta divisão não se fundamenta em uma naturalização de diferenças entre os sexos, mas se estrutura em uma divisão e distribuição desses papéis resultantes de uma construção social, a partir da qual cada sociedade visa atender as suas necessidades socioeconômicas (PEDRO; GUEDES, 2010).

Para compreender o feminismo em uma sociedade, faz-se necessário colocá-lo dentro do contexto histórico e cultural desta. No Brasil é necessário reportar-se ao seu contexto histórico desde a colonização. Os primeiros colonizadores do Brasil trouxeram consigo o modelo patriarcal ocidental, e além deste modelo a Igreja Católica se instaurou como uma grande força política e moral, sendo usada também como ferramenta de controle social e moral. Tais influências do processo de colonização resultaram na fundação de um Brasil com ideais patriarcais e conservadores (PEDRO; GUEDES, 2010).

Conforme apontado por Lemos (2013), as concepções religiosas sobre o feminino migraram para as terras brasileiras no processo de colonização. O processo de colonização que deu início a construção da América Latina teve por característica o entroncamento dos sistemas patriarcais de diversas origens (GONÇALVES, 2016).

O colonialismo fora estruturado a partir da construção de relações de hierarquias entre os gêneros. As relações se estabeleceram fundamentadas na desigualdade, vista que em sua ideia a mulher não gozava de plenitude ontológica (GONÇALVES, 2016).

A construção da sociedade baseada em preceitos patriarcais refletiu diretamente sobre o modo de vida, e no estabelecimento das leis de convivência. Para o Código Civil do Brasil de 1830, o assassinato de uma mulher considerada adúltera era lícito, e ao cônjuge não lhe era imputada nenhuma punição se argumentando o adultério apenas na Legislação de 1916 esta disposição fora mudada e ao adultério é concedido razão para desquite (PEDRO; GUEDES, 2010). Atendo-se ao tempo entre este período e os tempos hodiernos, há menos de dois séculos a vida de uma mulher pertencia ao seu marido, e bastava o adultério para que este pudesse se colocar na posição de tirá-la, sendo que este ainda estava dentro do parâmetros da lei. Atualmente a lei coíbe tais ações; contudo é possível hipotetizar que a ideia de pertencimento da mulher como propriedade do homem e que tal pode ser violada e morta se descumprir suas regras ainda paira dentro de algumas relações, e a herança deste funcionamento social histórico se mostra dentro das taxas de feminicídio no país.

Atualmente no Brasil, a Constituição Federal contém as normas que direcionam o funcionamento social afim de promover a convivência social. Atentando para a Constituição e as Leis que visam promover os direitos é possível afirmar que

a Constituição Federal de 1969 ainda continha leis fundamentadas em ideais machistas, visto que nela à mulher tinha por dever prestar serviços sexuais para seu companheiro sempre que este solicitasse (PEDRO; GUEDES, 2010). Analisando tal Constituição, é evidente que a própria mulher não detinha controle sobre o seu próprio corpo, não poderia ter controle sobre si mesma: seu papel era de ser serva, e o seu corpo não lhe pertencia, mas era propriedade de seu marido. Outra problemática dentro desta lei é que um estupro praticado pelo marido não se enquadrava como violência.

Atualmente, está em vigor a Constituição Federal de 1988, e nela teve-se conquistas relevantes, se compararmos com a Constituição anterior. As conquistas podem ser vistas através da formalização da equidade de gênero prevista em lei, que nos termos da constituição dispõe “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (PEDRO; GUEDES, 2010, p. 07).

4.1.4 Protagonismo feminino em conquistas históricas.

Rememorando a história passada, grandes feitos são protagonizados pelas figuras masculinas, e vez ou outra há um espaço delegado às mulheres; entretanto tal espaço é secundário, visto que suas figuras corriqueiramente são atreladas a alguma figura masculina protagonista, aparecendo através de seu vínculo com tais homens, sejam filhas, esposas, amantes, mães. Contudo, se as histórias mais contadas têm como atores principais homens, esquece-se de mencionar que existiram mulheres, que apesar do contexto repressor em que estavam inseridas tiveram êxito em lutas sociais.

A exemplo, pode-se mencionar uma mulher que tivera relevante importância em conquistas sociais no Brasil, a saber, a Princesa Isabel, a qual, através de sua assinatura da Lei Áurea aboliu o sistema de escravidão no país. Contudo, ainda que tenha protagonizado este feito histórico, outras mulheres fizeram parte desta luta, embora se supõe que estas mulheres, por não terem vínculos com a nobreza, não foram lembradas (QUEIROZ, 2018).

A destarte, do exemplo acima citado, destacam-se também outras mulheres na historiografia do Brasil, sendo elucidadas neste estudo com o intuito de enaltecer as suas obras e coragem de enfrentar o sistema opressor; ainda que algumas não

tenham lidado diretamente com o termo “feminismo”, é notória sua disposição na busca por igualdade entre os sexos, além da busca de melhorias na qualidade de vida para a mulher, questionando os valores impostos para a época em que viveram. É notado que elas serão aqui dispostas sem observar a linha cronológica e/ou ordem alfabética. Tais mulheres são:

Maria Quitéria de Jesus: foi pioneira a compor o Exército Brasileiro, tendo que mudar sua identidade visual, transvestindo-se de homem para adentrar nas Forças Armadas e lutar pela Independência do Brasil. Tendo uma carreira conturbada, marcada por muitas proibições, como exemplo sua inserção no exército, Maria Quitéria de Jesus destacou-se por sua coragem, disciplina e esforço; apesar de ser exposta em sua identidade feminina, obteve o aval de seus superiores e permaneceu na tropa, estando em outras batalhas e sendo exemplo para outras mulheres. Maria Quitéria, posteriormente tornou-se um ícone da emancipação feminina. (SCHUMAHER, 2000, p. 408)

Maria Bonita: conhecida nos anais da história brasileira como uma importante cangaceira e companheira de Lampião. Percebe-se que Maria Bonita esteve com Lampião de livre e espontânea vontade, sendo um guia para que outras mulheres adentrassem ao cangaço, motivadas por busca de libertação da opressão familiar e social (SCHUMAHER, 2000, p. 432).

Bertha Lutz: destacou-se como pioneira da luta feminista no Brasil. Teve sua educação e formação científica na Europa, permitindo um olhar avançado para a época. Ao aportar no Brasil inicia sua luta pelos direitos da mulher, convidando outras mulheres a se organizarem nesta luta. Como ativista na causa feminista, Bertha contribuiu para o decreto do voto feminino, atuou também como deputada, modificando a legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, visando, além de igualdade salarial, à licença de três meses para a gestante e à redução da jornada de trabalho, então de 13 horas diárias (SCHUMAHER, 2000, p. 132).

Celina Guimarães Viana: *“fincou o marco da vanguarda política feminina na América do Sul, tornando realidade o voto feminino no Brasil”*. Ao enfrentar as leis vigentes, Celina e seu esposo buscaram o direito cívico do voto, modificando a legislação do estado do Rio Grande do Norte para que todas as mulheres pudessem votar, dando assim vazão para que outras mulheres aderissem à causa (SCHUMAHER, 2000, p. 176-177).

Olga Benário: nascida na Alemanha em 1908, tendo em seu país uma atuação comunista desde a adolescência. Olga teve papel político importante para o Brasil ao lado de Luís Carlos Prestes, ao articular em terras brasileiras o Partido Comunista do Brasil e também o movimento da Aliança Nacional Libertadora, cujo intuito era estender a todo o país os ideais comunistas. Apesar dos esforços empreendidos, Olga foi deportada e entregue a Alemanha nazista, sendo morta em um campo de concentração, não sabe-se a data de sua morte (SCHUMAHER, 2000).

Rosie Marie Muraro: nascida em 1930, exerceu influencia no Brasil como socióloga, escritora e feminista, além de ter se formado em física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desejou a cadeira na Câmara Federal por duas vezes, mas não atingiu êxito; entretanto foi reconhecida em seu esforços por disseminar o feminismo por meio dos seus livros, além de traduzir conteúdos estrangeiros sobre a temática feminista (SCHUMAHER, 2000).

Pagu, ou também conhecida por seu nome de batismo, Patrícia Rehder Galvão: nascida no Brasil em 1910, atuou bravamente como militante comunista, tendo um grande destaque modernista que aconteceu no país em 1922. Sendo uma mulher avançada para a ideologia da época, Pagu atua como jornalista e escritora, levando-a muitas vezes à prisão e a tortura devido suas ideias revolucionárias na arte, na política e na vida pessoal (SCHUMAHER, 2000, p.463).

Tarsila do Amaral: a renomada artista plástica no Brasil nasceu no ano de 1886. Em sua carreira artística, pôde viajar por diversos países, frequentando ateliês que influenciaram sua obra, trazendo em seus traços tendências cubistas. No Brasil, Tarsila participou do movimento modernista, tornando-se posteriormente um dos símbolos deste movimento. Conhece-se que a artista retratou em muitos quadros a vida da classe operária, denominando assim como fase social, aproximando-se assim da cena política da época em que viveu. Acusada de subversiva por frequentar reuniões de ordem de esquerda, Tarsila foi presa, levando-a ainda mais a sensibilizar-se com os horrores da ditadura, com a pobreza, expressando de forma mais contundente por suas pinturas (SCHUMAHER, 2000, p. 503).

Poderia ser citados além destes exemplos, mulheres como Maria da Penha, que por ser vítima da violência doméstica marcou a história das lutas feministas brasileiras e deu nome a uma lei que coíbe e pune homens que violentam mulheres.

Destacam-se também outras ativistas: Chiquinha Gonzaga, a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil; Anita Garibaldi, que lutou bravamente na Revolução da Farroupilha; Maria Lenk, a primeira mulher sul-americana a competir nos Jogos Olímpicos; Carlota Pereira de Queirós, a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal no Brasil; Marta Vieira da Silva, a maior futebolística da era atual, quebrando recordes mundiais do esporte a qual atua; Dilma Rousseff, a primeira presidente mulher do Brasil; e também Marielle Franco, uma relevante política ativista nas causas LGBTQ+, das mulheres, dos negros e comunidades de baixa renda, que foi executada por ser voz das minorias silenciadas. Assim sendo, são inúmeros exemplos que marcaram os anais da memória histórica do Brasil por sua bravura e coragem, dando voz às mulheres, propiciando acesso aos direitos básicos, propondo igualdade, além de propor a construção de um novo ideário para a mulher, sendo esta vista de uma forma empoderadora.

As autoras Pedro e Guedes (2010) afirmam que as manifestações históricas das mulheres estão relacionadas às lutas pela mudança e libertação dos enclausuramentos associados à sua figura: coadjuvantes sociais, ocupando apenas postos na esfera privada, destinadas a cumprirem um propósito de subserviência masculina. Neste contexto, a luta ainda encontra uma barreira que consiste na disseminação da subordinação como papel natural cabível à figura feminina, e portanto, para alcançar conquistas históricas as lutas tornam-se tarefa laboriosa e diária.

Por volta de 1960 data-se o surgimento das primeiras organizações feministas no Brasil que buscavam conquistar espaços sociais. Contudo, estes movimentos iniciais ainda continham resquícios desta origem conservadora, visto que as lutas e conquistas defendiam apenas a abertura de espaço dentro de um contexto trabalhista e a igualdade entre os sexos, não debatendo sobre uma liberdade sexual (PEDRO; GUEDES, 2010). Pode-se deduzir que, apesar de tais lutas, as mulheres ainda estavam debaixo de um moralismo empregado pela religião; contudo por se tratar dos primeiros movimentos e situando no seu momento historicamente relevante representou uma grande abertura para que mais tarde pautas de liberdade sexual fossem inseridas nas lutas e conquistas feministas.

Em 1964, através do golpe militar no Brasil instaura-se o período ditatorial, o que ascendeu uma barreira para o avanço das conquistas feministas, pois, assim como diversos movimentos pautados em conquistas sociais, o feminismo também

fora reprimido pela ditadura. Entretanto, apesar deste contexto, houve grupos de mulheres que resistiram as represálias e, através de manifestações, passeatas, encontros clandestinos, continuaram a perpetuar os ideias, possibilitando que muitas mulheres conseguissem refletir sua postura social (PEDRO; GUEDES, 2010).

Dentro do protagonismo feminino na busca pela liberdade torna-se relevante mencionar os eventos coletivos, estes não correspondem a um nome de apenas uma figura feminina em específico, mas em grupos e/ou organizações femininas em que várias mulheres se propuseram a ir à luta coletivamente, buscando pelo reconhecimento de igualdade e melhores condições na sociedade. No ano de 1968 várias mulheres participaram do protesto conhecido como a queima de sutiãs, no qual mulheres do movimento Wolman's Liberation Movement dos EUA pretendiam atear fogo durante o concurso de Miss America em sutiãs, maquiagens e outros objetos que impunham padrões ditatoriais de beleza. A consumação em si da queima não ocorreu, visto que o local não era público; entretanto, a intenção do movimento ganhou visibilidade midiática e conseqüentemente promoveu grande reflexão pelo mundo acerca de gênero e debates sobre a liberdade feminina em não naturalizar padrões ou segui-los obrigatoriamente (PEDRO; GUEDES, 2010).

4.2 RELIGIÃO, PATRIARCADO E RESISTÊNCIA

Há uma correlação entre o patriarcado e a religião. O atrelamento destas duas se deu ao longo da própria história da sociedade. O cristianismo é a religião presente no mundo ocidental que mais exerceu influência na base da construção das relações interpessoais, tecendo os conceitos de gêneros e as suas relações, estabelecendo conceitos estigmatizantes sobre os corpos, enfatizando a sua detenção e controle sobre o feminino (LEMOS, 2012). A história do cristianismo apresenta a primeira personagem feminina aparecida na terra: Eva. Esta teve seu aprisionamento social, sua culpa e castigo repassados. Tais se perpetuaram às mulheres, sendo que foram propositalmente criadas várias "Evas" ao longo dos anos, pagando por castigo imposto a Eva. Este episódio servira de alimento e propulsão dos ideais de patriarcado, que não se constituem como meras ideias filosóficas, mas que foram capazes de ditar as relações de gênero que se

solidificaram ao longo da história humana, acarretando em relações desiguais e opressoras às mulheres.

Para dar um ponto final, ou pelo menos de início começar a extinguir esse modelo opressor, o feminismo deve ser atrelado aos mais diversos campos da existência que apresentem relações de desigualdade. Portanto, uma análise da construção do patriarcado atrelado a religião e o surgimento do feminismo na esfera religiosa servem como vias que se apresentam como confrontadoras dos sistemas patriarcais, no intuito de promover novas formas de relações, baseadas na igualdade.

4.2.1 Contribuição religiosa para a propagação do sistema patriarcal

As identidades dos sujeitos são construções derivadas das relações humanas, e a afirmação de que os sujeitos tem características que os diferem (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012). Deste modo as identidades servem como maneira de expressão das relações. Assim, percebem-se intrinsecamente na construção de identidades que estas são vias de comunicação embutidas de relações de poder.

Quando o processo de construção da identidade resulta em um reconhecimento errôneo desta, podem ocorrer prejuízos ao sujeito ou grupo que tivera sua identidade má interpretada. As implicações da falta de reconhecimento de uma identidade acarretam na propagação de modos relacionais pautados na desigualdade e opressão. No que tange à identidade feminina, ANDRIOLI e ANGELIN (2012) afirmam que a identidade destas já foram elaboradas e reconhecidas historicamente como figuras depositárias de opressão, exploração e submissão. Deste modo, faz-se necessário reportar aos elementos que construíram esta identidade feminina.

A concepção do gênero feminino que se tem na atualidade é resultante dos processos que antecederam a nossa sociedade, e que tivera influência de vários discursos, destacando-se a religião como grande influenciadora da concepção de mulher (LEMOS, 2013).

A religião pode ser entendida, como traz Lemos (2013, p.202), como um sistema de símbolos estruturado, cuja estrutura corresponde à estrutura social na qual está inserida, cujo conteúdo é uma síntese do *ethos* de um povo.

Através das análises no setor arqueológico é possível afirmar que nos períodos paleolítico e neolítico homens e mulheres conviviam numa relação social de ajuda mútua, e a figura feminina nas sociedades agrícolas era reconhecida valorativamente pelo poder de gerar vida (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012).

Nas religiões mais antigas da história o culto era uma adoração a figuras femininas: a deusa era divindade imbuída de fertilidade e prosperidade. Neste contexto, que se apresenta consideravelmente diferente do contexto social contemporâneo marcado pelas relações patriarcais, apesar da figura feminina ser valorizada a sociedade não apresentava um funcionamento baseado em um matriarcado, não imperava o oposto do que se têm nos dias hodiernos, mas as relações sociais eram marcadas pela matrilinearidade (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012).

Há uma diferença considerável entre os termos matriarcado e matrilinearidade. O primeiro corresponde a relação desigual de poder onde as mulheres partilham de relações de dominação sobre os homens; já na matrilinearidade "a sucessão é contada a partir das mães" (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012, p. 1459).

A naturalização de um sistema opressor contra as mulheres é resultante de uma construção ao longo dos milênios, esta construção se deu e fora perpetuada pelos mitos, pelas religiões e pelos contos que pairavam no inconsciente coletivo das sociedades. Atrelado a esta visão, adveio o pensamento que de a figura feminina deveria ser encarregada de experienciar no âmbito da vida privada a função de servidão (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012). Tais valores foram se solidificando e perpetuando nas gerações e civilizações através do sistema religioso cristão.

Ainda na contemporaneidade é usada pelo cristãos o livro da Bíblia para propagação de que há uma naturalidade nas relações de submissão feminina. O livro é dividido em duas sessões: Antigo Testamento e Novo Testamento. O Antigo Testamento possui vasta abertura para a difusão da ideal patriarcal, nele, a figura feminina era propriedade privada dos homens: primeiramente era pertencente ao pai, e posteriormente aos seus maridos e senhores (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012) Os símbolos criados pelo cristianismo foram majoritariamente masculinos, reforçando o patriarcalismo, caracterizando assim a religião como patriarcal, geradora de relações de opressão e autoritarismo.

O Novo Testamento da Bíblia, livro que contém as instruções e ensinamentos aos cristãos, dispõe de uma figura masculina inovadora, que busca romper com as

relações de desigualdade: Jesus Cristo. Para ANDRIOLI e ANGELIN, (2012, p.1460) é claro que "Jesus Cristo pregava a não violência e o amor ao próximo, sem distinção de sexo."

Mas também se pode apontar um dos textos que reforçam a subordinação da mulher no contexto religioso através da instrução de Paulo no livro de 1 Coríntios 11.3 de que o homem é a cabeça e a mulher o corpo, através da colocação figurativa ele exprime a ideia de que ao homem cabe a função de comandar e a mulher apenas responder ao comando, sendo a cabeça mentora e o corpo servil (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012). Tal passagem ainda serviu de pretexto para impedir às mulheres de procurarem acesso à direitos básicos de cidadania.

A criação da primeira mulher conforme relatado no livro de Gênesis da Bíblia já a rotula como ser inferior. O livro narra que a primeira mulher, Eva, fora criada a partir da parte da costela do homem já existente (Adão). Esse fato foi a base para fundar uma civilização que conferiu a figura feminina o *locus* de inferioridade naturalizada, e os desvios femininos se davam em razão de uma explicação de que seu espírito era retorcido e perverso justamente por esta ser originada a partir de uma costela recurva (MALEVAL, 2004).

A mulher na visão dos textos cristãos era encarregada da maior parte dos atos pecaminosos. A história bíblica conferiu à mulher o *status* de objeto pecaminoso de subordinação desde seu princípio elencado no livro de Gênesis, que contém a história de Eva, a primeira mulher da terra e que fora considerada responsável pela queda humana. Este episódio dera início a uma longa perpetuação das relações patriarcais e dos ideias da naturalização da submissão feminina. Posterior ao episódio, Eva recebera a punição pelo seu "pecado": deveria submeter-se ao homem e sofrer. O pecado inicial conferiu a mulher sua assimilação com a fraqueza, a tentação, a sexualidade, o pecado. A mulher não tivera chance de reparação por um ato cometido em um instante de tempo, e sofreu as consequências deste episódio por milênios (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012).

A partir da visão sobre a mulher adotada ainda em Gênesis se perpetuou milênios, e a punição de Eva afetara a todas as mulheres. Dentro do pecado original Eva fora culpabilizada sendo seu ato entendido como o mais grave por apresentar ao homem o fruto proibido, e não o contrário (LEMOS, 2013). Ora, se a história tivesse sido contrária, e o homem quem tivesse apresentado o fruto do conhecimento do bem e do mal, será que lhe seria depositada toda a culpa durante

os milênios e este sofreria as consequências deste atos através do estabelecimento de relações que o oprimissem? Não teria como saber, mas para ilustrar sobre a medida da balança que alguns preceitos religiosos eram executados pode-se citar que no Novo Testamento Jesus depara-se com uma mulher pega em ato de adultério, e para tal pecado os autores deveriam ser apedrejados até a morte. Aqui nota-se que a lei inicial se aplicava a quem fosse acusado de adultério, se a mulher fora pega em ato, logicamente havia um homem consigo, porém é mencionado na história que somente a mulher fora levada para júri. Assim, não é possível traçar uma resposta concreta acerca da suposição do pecado inicial ser de autoria masculina, mas é possível através deste relato supor que seria esquecido, e a figura masculina iria mais uma vez, através de dispositivos como a religião depositar à mulher a culpa.

Subsequentemente, conforme cita Malavel (2004) é por volta dos séculos XV e XVI a bruxaria, intimamente relacionada com a figura feminina, é posta no ramo das superstições e sortilégios, e assim uma imagem negativa e demoníaca vai se difundindo na sociedade sobre as bruxas (mulheres).

A religião propôs-se exaustivamente na tarefa de conter a mulher e suas expressões ao longo das sociedades. Fato histórico que comprova esta perseguição refere-se a caça às bruxas promovida pela igreja. As bruxas, eram mulheres que a igreja apregoou a imagem de serva do diabo, que poderia contaminar disseminando o mal para a humanidade. Através da Santa Inquisição, perseguição as bruxas promovida pela Igreja e pelo Estado milhares de mulheres foram difamadas, desprezadas, castigadas e mortas (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012).

O cristianismo apresenta uma contradição em seus próprios preceitos: por um lado apregoa mensagens para o estabelecimento de garantia de uma vivência humana pautadas em valores fundamentais da existência, e de outro contribui em suas leis consentindo e sendo cúmplice de formas de perpetuação de violência social (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012).

A religião atua como colaboradora da violência no sentido em que sustenta uma visão patriarcal e dissemina na cultura um enfoque de controle sobre a existência feminina ditando regras às mulheres, seus corpos e sua sexualidade (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012).

A igreja cristã, no campo da sexualidade, procurou deter controle sobre os sujeitos nesta esfera, para que assim pudesse expandir o seu poder sobre os

sujeitos. Era apregoada a abstinência sexual, e a virgindade era considerada abstinência que elevava o sujeito à santidade. Entretanto, esta ideia não se popularizou, visto a grande quantidade da sociedade que se recusava a levar uma vida sem desfrutar das atividades sexuais, e a igreja implementou a sacramentalização do casamento, inovando as formas de controle para não perder seu poder sobre os sujeitos (SURUAGY DO AMARAL DANTAS, 2010).

Até meados do século IX o casamento era uma instituição laica e privada, que representava um contrato firmado entre famílias. A celebração do casamento se dava em uma cerimônia aberta que acontecia a partir do pagamento do dote do pai da noiva à família do noivo. O pai do noivo era responsável por celebrar as bodas e oficializar o contrato. Após a celebração, os noivos iam aos aposentos acompanhados por parentes para que estes testemunhassem o episódio da consumação sexual. Aqui percebe-se uma cerimônia sem a intromissão religiosa, entretanto a partir do século IX a igreja começa a entrar nesse campo, ainda sem formulações concretas e eficazes, e ao longo dos anos gradativamente ocupa este espaço para ditar as normas quanto ao casamento e a convivência posterior do casal (SURUAGY DO AMARAL DANTAS, 2010).

As orientações da igreja sobre a abstinência sexual para os homens (monges, que viviam isolados e sem contato com mulheres) lhes conferiam instruções para ter domínio sobre seu desejo, enquanto que para as mulheres a instrução se referia aos perigos do casamento, do sexo (SURUAGY DO AMARAL DANTAS, 2010). A partir desta diferenciação de instruções para os gêneros é possível refletir sobre a negação sexual da mulher, pois esta deveria temer o sexo, enquanto os homens deveriam reprimir seus desejos. Ora, o sexo era difundido como ato prazeroso somente ao homem, a sexualidade feminina era um campo pouco explorado. À mulher era negada que esta pudesse desfrutar do sexo de forma prazerosa.

Um estereótipo agregado à figura feminina através dos preceitos religiosos é que esta tinha por função principal na terra de perpetuar a espécie, e a maternidade se tornou uma imposição social. A sexualidade de uma mulher era restrita, servindo como meio e fins da procriação (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012).

O sexo masculino apresentou um sentimento ambivalente quanto a figura feminina, oscilando entre a atração e a repulsão. Essa ambivalência de sentimentos pode ser expressa na religião, sendo que na literatura sacra a mulher era, conforme descreve Delumeau (1989, p. 314) citado por Lemos (2013, p. 204) a descreve:

[...] mal magnífico, prazer funesto, venenosa e traiçoeira a mulher era acusada pelo outro sexo de ter introduzido sobre a terra o pecado, a infelicidade e a morte. Pandora grega ou Eva judaica ela cometera o pecado original ao abrir a caixa que continha todos os males ou ao comer do fruto proibido. O homem procurava uma responsável pelo sofrimento, o fracasso, o desaparecimento do paraíso terrestre e encontrou a mulher. Como não desconfiar de um ser cujo maior perigo consistia num sorriso? A caverna sexual tornava-se, assim, uma fossa viscosa do inferno.

A mulher envolta no cristianismo ao longo dos anos não conseguiu tecer uma visão positiva de si, e assim, por séculos esteve debaixo de uma visão patriarcal e reconhecendo a sua existência debaixo deste sistema opressor (LEMOS, 2013).

Conforme aponta Nunes (2017), na visão do cristianismo homens e mulheres possuem papéis totalmente contrários: aos homens cabe o governo da sociedade, poder, política; às mulheres resta o papel de domesticidade e a perpetuação da espécie.

Ser mulher é precisar reivindicar o direito de possuir controle sobre o próprio corpo. Ora, se o que exprime a relação do sujeito com o meio externo, e o que ele tem de mais próximo de si é o corpo, como o sujeito mulher consegue estabelecer relações se precisa se engajar numa reivindicação de conquistar o direito sobre o seu próprio corpo? É seu "próprio" corpo, mas ela não lhe possui. Assim, suas relações são dirigidas, porque não afirmar "controladas", por relações opressoras. Os corpos femininos, como afirma Nunes (2017, p. 75), "[...] têm sido o *locus* privilegiado de controle social e religioso dos homens sobre as mulheres".

Uma visão negativa do cristianismo sobre a sobre o corpo feminino é derivada de uma concepção dualista tradicional que privilegia o espírito, aloca a mulher em uma condição perigosa de responsabilidade pela reprodução, e portanto resulta em uma necessidade de deter o controle sobre o corpo feminino (ROSADO-NUNES, 2006).

Tecer a concepção de que o corpo da mulher é cenário de regulação religiosa consiste em reduzir a mulher à especificidade de uma condição biológica imposta: a de que a mulher deve existir para cumprir seu destino maternal (ROSADO-NUNES, 2006).

Contraopondo este sistema opressor, o feminismo contemporâneo é relevante na busca por evidenciar as formas de controle sobre os corpos que as esferas religiosa e política detêm sobre as mulheres e mostrar as desigualdades que estes campos propagam para que assim medidas de efetivação da autonomia feminina possam ser elaboradas (NUNES, 2017).

Apesar do trajeto histórico negativo que a religião impôs sobre a vivência feminina e a construção de sua identidade de subordinação, as mulheres resistiram. No próprio manual cristão (a Bíblia) é possível identificar (ainda que sejam pouquíssimas) figuras femininas com momentos de atuação e participação (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012). Tais podem ser exemplificadas como a Rainha Ester; a juíza, profetisa e líder de guerra Debora; dentre outras personalidades femininas que atuaram como profetisas, destacando-se como Hulda, Ana e Miriã.

4.2.2 Feminismo como meio de resistência e luta para uma nova identidade de mulher na sociedade e na religião

O feminismo, como afirma Nunes (2017) é uma crítica social e política, que não se restringe a condição do sujeito ser homem ou mulher, pois na verdade todos podem ser feministas. O feminismo contribui em diversas esferas relacionais da sociedade, e dentre elas, impactou as religiões. (ROSADO-NUNES, 2006). O movimento feminista tem resistido veementemente às religiões, palco histórico de propagação a opressão das mulheres (NUNES, 2017).

O feminismo conseguiu impactar algumas mudanças dentro do campo da religião, dentre elas colaborou para o surgimento de uma nova visão, a Teologia Feminista. A Teologia Feminista se lança ao acompanhamento de situações do cotidiano feminino, e busca produzir o desligamento de um pensamento institucionalizante e das teologias patriarcais (ROSADO-NUNES, 2006). O advento da teologia feminista surge como grande contribuição no cenário religioso que pode e está contribuindo para a supressão do patriarcalismo encontrado no meio religioso (LEMOS, 2012). Contudo, apesar destas mudanças, a promoção de mudanças na maneira como se estabelecem as relações entre os sexos e os papéis atribuídos a ambos dentro do contexto religioso caminha lentamente (NUNES, 2017).

Para Rosado (2001) mudanças no meio religioso e o surgimento de uma Teologia Feminista foi fruto de uma crítica a religião nascida por mulheres que faziam parte e estavam inseridas dentro do próprio cristianismo. O fundamento da Teologia Feminista está intrinsecamente engajada em uma busca e promoção da igualdade entre mulher e homem na igreja e no meio social (ROSADO, 2001).

Desta forma, a Teologia Feminista mostra-se como um movimento que busca mudança cultural, quebra do patriarcado, especialmente sobre o prisma religioso, contemplando a luta pelo reconhecimento feminino na Igreja e a sua admissão na liturgia, inserindo-as em produções que tenham cunho doutrinários. Esta organização afirmou-se expressivamente nas décadas de 1970/1980, quando o movimento feminista moderno predisponha-se a questionar as representações e conceitos atribuídos às mulheres.

É nessa releitura da mulher eclesiástica, onde busca-se dentro da Bíblia uma valorização feminina, que a mulher busca conectar-se a religião e a Deus de uma maneira singular, particular e própria, e reconhecer em seu ser divino características do feminino (LEMOS, 2012).

As Teólogas feministas destacam que dentro do contexto religioso a proposta de Jesus e seus ensinamentos consistem em ideias de libertação aos pobres e marginalizados, e dentro desta premissa encontra-se a mulher, duplamente oprimida por se encontrar nestes dois dilemas ao longo da história (LEMOS, 2012).

Tal qual o feminismo, a Teologia Feminista se organiza em 03 (três) fases na América Latina, reverberando pensamentos de teólogas brasileiras nesse intermédio temporal, consolidando produções teológicas que reverberam até os dias atuais. Assim, a primeira fase, também conhecida como Teologia Pastoral Feminina, buscou-se uma reflexão bíblica acerca da discriminação sofrida dentro das igrejas, a opressão machistas que renegavam o direito da mulher. Neste momento histórico houve uma busca bíblica por mulheres que as representassem, trazendo-as em evidências para houvesse a valoração destas no âmbito eclesiástico (FURLIN, 2011).

Na segunda fase, memorada com Teologia na Ótica das Mulheres, a leitura da Bíblia iniciou-se a partir da concepção libertária que Jesus, o Nazareno, trouxe em suas práticas. Assim, a busca pela facultação de direitos a mulher também abarcou o desejo por mudanças nos modelos societário, resgatando a igualdade de gênero, especialmente no reconhecimento da experiência da mulher, legitimando o discurso desta na narrativa teológica proposta (FURLIN, 2011).

A Teologia Ecofeminista Fora da Academia por Gebara ou Teologia Feminista: a Mediação de Gênero na Teologia por Brunelli, compõe a terceira fase, promovendo um diálogo entre feministas e teólogas, onde há uma reconstrução da teologia sob novos alicerces. Desta forma, a hermenêutica busca maior

sincronicidade entre o que aventado pelo feminismo, pelos anseios femininos e a Bíblia (FURLIN, 2011).

Considera-se que em todas essas fases houveram grande produção científica que respaldaram o movimento teológico feminista, tais elaborações acadêmicas propiciaram uma breve desconstrução dos discursos machistas e patriarcais praticados dentro da Igreja, reinterpretando a Bíblia sob um olhar humanitário, buscando as figuras femininas contidas nos relatos, pondo-as como indivíduos sociais, além de evidenciar teólogas feministas que transformaram os pensamentos religiosos, tais como Maria José Rosado Nunes, Ana Maria Tepedino, Margarida Brandão, dentre outras.

Conforme ressaltado por Lemos (2012) a teologia feminista está estreitamente ligada ao movimento feminista. Seu aparecimento soa como uma reação à sociedade machista patriarcal androcêntrica e sexista se que solidificou e permaneceu intacta por anos, para que estas relações desigualitárias sejam contrapostas e extintas, e a sociedade possa recriar suas relações baseadas na reciprocidade e mutualidade entre os gêneros, sem que haja relações opressoras.

Conforme abordado por Rosado-Nunes (2006) a teologia feminista brasileira tem de um lado a teologia de acadêmicas que não fazem parte de alguma instituição religiosa, e de outro são teólogas que regularmente são atuantes em movimentos sociais articulados com movimentos de mulheres.

Para Nunes (2017) as mulheres religiosas experienciam uma vivência que oscila entre defender os dogmas de sua fé e a necessidade de buscar defender direitos que presam pela sua autonomia. A mulher contemporânea busca possuir o reconhecimento de que possui capacidade intelectual e moral de optarem por decisões que consideram válidas; deter do direito de decidirem por si mesmas os assuntos que influenciam e afetam suas vidas e seu corpo.

Atualmente, acerca a identidade feminina, é necessário que haja uma desconstrução desta identidade estigmatizada, para que seja possível construir uma identidade justa e igualitária que não congregue valores de exclusão e subserviência (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012).

4.3 CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

O protagonismo de mulheres que saíram da esfera privada e compareceram à esfera pública com objetivo de requerer conquistas e poderem usufruir da liberdade, se desprendendo gradativamente dos papéis atribuídos a sua imagem ao longo dos anos da civilização humana, possibilitou, e ainda vêm possibilitando, a reformulação do próprio conceito de gênero e de seus papéis (PEDRO; GUEDES, 2010).

Os papéis sociais atribuídos ao longo da história em sociedades patriarcais pressupõem que o órgão é fator determinante na distribuição de funções sociais, no entanto essa dicotomia não pode ser considerada como algo inerente a natureza, mas tal divisão de papéis fora elaborada para atender as necessidades socioeconômicas da civilizações (MENDES et al., 2015).

4.3.1 Conceptualização de Gênero

A diferenciação entre as características atribuídas ao "ser homem" e "ser mulher" são determinadas pela cultura e o momento histórico da determinada civilização, e impostas de maneira específica e naturalizada por ambos os sexos. Sob esse prisma compreende-se a frase clássica de Simone de Beauvoir "ninguém nasce mulher; torna-se mulher", pois, apesar do corpo biológico inicialmente ser fator determinante que subsidiam as relações sociais ele não é capaz de abarcar a definição do indivíduo sobre "ser homem" ou "ser mulher", pois o estado de "ser" é resultante de construtos (PEDRO; GUEDES, 2010).

As discriminações acerca de gênero ocorrem a partir da naturalização nas sociedades de determinados conceitos e comportamentos que as mulheres devem seguir, sendo que na maioria destas sociedades à figura feminina é cobrada a exprimir características de fragilidade, maternidade, figura procriadora. A separação discriminatória por um lado aloca a mulher em posto de fragilidade, e por outro delega ao homem responsabilidades e características que enalteçam sua força, inteligência; dentro do lar, sua função é de provedor, e isento de fragilidade não podendo demonstrar emoções de sensibilidade (PEDRO; GUEDES, 2010).

Tal diferenciação e as distribuições prontas de características põem desigualdades entre homem e mulher, pondo esta em uma escala inferior, e concedendo ao homem a afirmação para este desempenhar papel de dominação. Acerca disto, ao longo da história da humanidade este conceito é exemplificado pelo fato de que predominantemente o gerenciamento da esfera pública esteve na responsabilidade dos homens (PEDRO; GUEDES, 2010).

As discussões sobre o conceito construído de gênero tornam-se relevantes dentro das pautas feministas, visto que permitem a contestação do papel da mulher frente à sociedade e ter maior clareza acerca das discriminações infiltradas neste conceito (MENDES et al., 2015).

A violência passou a pertencer a cultura da sociedade brasileira, sendo uma manifestação contra as mulheres como forma de acoimar atitudes que se desviam de um padrão esperado da figura de mulher/mãe/dona-de-casa (COELHO, 2016).

A partir da década de 1980 houve uma descompressão política que possibilitou o diálogo dos movimentos femininos com o Estado, entrando em pauta reivindicações para a elaboração e execução de políticas públicas cujo objetivo seria a coibição da violência do próprio Estado e a violência fomentada nas esferas sociais (BARSTED, 2007).

O feminismo, considerando a importância da esfera legislativa e o dever do Estado em garantir a aplicação e execução dos direitos se empenhou em ampliar sua interlocução com as esferas estatais para a promoção de leis que completassem a cidadania feminina (BARSTED, 2007).

Através da criação da Lei Maria da Penha (11.240/06) as formas de situar as violências contra a mulher foi ampliada, pois até era considerada violência apenas agressões físicas que causassem marcas evidentes pelo corpo, como hematomas e feridas, e a partir de então entende-se por violência ações que ferem a integridade do indivíduo, englobando ao conceito as formas de violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (PEDRO; GUEDES, 2010).

4.3.2 Internet: redes sociais

O feminismo como movimento histórico que busca a igualdade nas relações, o respeito pelo feminino, encontrou na internet um meio para difundir seus ideais (RODRIGUES; et al, 2014). As informações disponibilizadas na internet permitem

uma aproximação da sociedade aos trabalhos e pesquisas acadêmicas que outrora estavam disponíveis a um grupo restrito da sociedade, fazendo com que as pesquisas de cunho científico se restringiam ao meio acadêmico e a população restava o conhecimento do senso comum (MEDEIROS, 2016). A distância física e espacial não se configura mais como um obstáculo para promover a comunicação, visto que os meios facilitam a comunicação, bastando apenas o acesso à internet para que se estabeleçam relações dialogais, podendo ser discutidas em redes as maneiras de se estabelecer as relações pessoais, debater sobre diversos assuntos visto que a internet também propiciou maior facilidade a acesso de informações e conteúdos, portanto a internet e seus meios de comunicação podem atuar contribuindo para a transformação dos padrões sociais (MEDEIROS, 2016).

O advento da internet e sua expansão como ferramenta de trabalho, compra e relacionamentos interpessoais têm subsidiado e permeado as relações humanas. A contemporaneidade se apresenta sob uma era de visibilidade digital. Dento das redes sociais (blogs, *Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*...) os sujeitos encontram espaço cibernético para desempenharem uma corporificação e personificação daquilo que acredita ser, sendo o espaço digital usado como palco para protagonizarem a sua vida (COELHO, 2016). As redes sociais se tornam meios de produção de ideias, como também podem servir de palco para ataques e ameaças.

A autora ainda enfatiza a importância destes movimentos que realizam campanhas na internet, nas quais mulheres podem relatar suas histórias e assim ganharem vozes. Tais movimentos se tornam meio onde as mulheres compartilham formas de assédio ao qual sofreram/sofrem diariamente, o que pode proporcionar o conhecimento de que determinadas atitudes por vezes consideradas normais em alguns grupos na realidade se configuram como assédio camuflado, e diante destes depoimentos e debates a informação é trazida. Coelho (2016, p. 223) afirma:

“[...] utilizar a plataforma digital é romper com esse ciclo de violência e as tentativas de silenciamento. É transcender o próprio espaço e formar conexões infinitas.”

Os meios midiáticos advindos da tecnologia propiciam a alteração de estereótipos da representação feminina, o que Vieira (2017) aponta como uma ação do movimento feminista, que consegue ter mais efetividade através das novas formas de comunicação e alcançar vários espaços, sendo que a atualidade

demanda que a luta das feministas busquem pela ascensão de uma sociedade com equidade de direitos.

A internet possibilitou maior expressão das mulheres, e conforme menciona Medeiros (2016), uma grande ferramenta de contato e propagação de ideais é o Youtube². A plataforma conta com grande número de mulheres usuárias que possuem um canal e abordam diversos assuntos, dentre comportamentos, dica de beleza, ressaltando as diversidades e quebrando paradigmas e normatizações de padrões de beleza (MEDEIROS, 2016).

Através da internet, o feminismo encontrou um espaço para a propagação e difusão de troca de ideias e debates, fazendo com que as discussões na rede perpassem o âmbito cibernético e promova ações dentro das relações urbanas sociais. O movimento gradativamente reconhece a importância deste meio interativo como agente transformador da sociedade e os traços desiguais, patriarcais e machistas que o feminismo combate visto seu intuito construir uma sociedade igualitária (RODRIGUES; et al, 2014). Deste modo pode-se afirmar que a mídia feminista encontrou, na internet, uma oportunidade de acesso à informação e à cidadania, a troca de opiniões em meio ao cenário contemporâneo de mudança e renovação (SANTAMARINA; URETA, 2016).

4.3.3 Quebrando barreiras: o feminismo em tempos hodiernos

Como um movimento que pretendia uma revolução sem armas, o feminismo se mostrou como uma excelente organização que modificou consideravelmente os alicerces sociais, sensibilizando mulheres – e também homens – de todas as classes sociais para uma desconstrução de uma cultura de opressão e violência, aludindo a uma sociedade que busca a equidade de gêneros, a valorização do ser humano e suas experiências, elevando a todos, especialmente às mulheres, os direitos que devem ser básico a todos, garantindo o pleno desenvolvimento social, histórico, cognitivo, econômico, acadêmico, dentre outros.

² A empresa de mídia, o YouTube foi criado em junho de 2005. É uma plataforma e um agregador de conteúdo, embora não seja uma produtora do conteúdo em si, que disponibilizava uma interface bastante simples e integrada, dentro da qual o usuário podia fazer o upload, publicar e assistir vídeos em streaming sem necessidade de altos níveis de conhecimento técnico e dentro das restrições tecnológicas dos programas de navegação padrão e da relativamente modesta largura de banda (BURGESS; GREEN, 2009)

Ainda que nem todos os órgãos e instituições sociais estejam abertos a tais mudanças, estamos caminhando a passos largos, por meio do ativismo feminista, para a conquistas que culminarão em políticas públicas mais inclusivas para mulheres, que promoverão mudanças para o coletivo minoritário e feminino (RIBEIRO, 2006).

Este movimento plural, que procura congrega as diferenças, tem-se modificado durante os momentos históricos para poder articular-se na sociedade, promove em sua multiplicidade, debates que ultimam em visibilidade para mulheres, entretanto, o feminismo deve ser em sua essência *“um movimento de contestação, que sai às ruas demarcando suas posições de rebeldia, ousadia e firmeza na construção da tão almejada justiça social.”* (RIBEIRO, 2006, p. 810)

Em suma, cabe questionamentos dos perigos que compreende a luta feminista na nossa sociedade reacionária, visto as taxas crescentes de violência, seja esta real ou virtual, contra as mulheres, hoje qualificado como feminicídio, perfazendo o coroamento a barbárie reacionária do patriarcado, pois ainda que o movimento feminista caminhe a passos lentos na elucidação da desconstrução sociocultural, ameaça diariamente o cenário de levante machista politicamente instaurado que nos alicerçam, especialmente sob a égide cristã infiltrada na política e no senso comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário contemporâneo é resultante de processos históricos antecedentes, e como destacado a história humana fora constituída concomitante aos mitos e religiões nas mais diversas épocas e culturas, estas se fizeram presentes na fundação das sociedades e deste modo às influenciaram.

A religião afetou diretamente no modo de estabelecer as relações sociais, e por meio dela deteve-se o controle sobre a sociedade. Não raramente serviu como mecanismo de controle sobre as populações, como uma ferramenta que permitiu a manipulação sobre as classes inferiorizadas e fora disseminadora e perpetuadora de ideais estigmatizantes. A religião aqui abordada é a religião histórica, tendo por característica, como descreve Agamben (2009) um conjunto de crenças e regras numa determinada sociedade e num determinado momento histórico e são impostos aos indivíduos pelo exterior.

No mundo ocidental, a religião que se propagou foi a Cristã; esta face da religião fora usada para disseminar interesses de classes dominantes e instaurar de um sistema patriarcal da supervalorização masculina e assecuramento do seu poder. A mulher, sob esse prisma religioso, recebera atribuições pejorativas, o que imputou a figura feminina uma vivência enclausurada em dogmas que lhe despiam a liberdade e expressão e lhe atribuía como papel natural a submissão ao sexo masculino, a privação de desejos, colocando-a num plano de submissão e repressão e num cenário de violência. Apesar deste cenário obscuro e sombrio por qual a mulher conviveu durante séculos, uma força dentro delas mesmas surgiu de modo a enfrentar as opressões.

Era evidente que esse funcionamento patriarcal causava sofrimento as mulheres e precisava ser enfrentado com intuito de ser confrontado e derrubado. Deste modo, o feminismo, como aponta De Souza (2017) surgiu no final do século XVIII contrapondo o sistema patriarcal e buscando a conquista pelo direito a igualdade entre sexos, eximindo das relações superioridade/inferioridade entre gêneros.

Reconhecer o processo histórico que fundou uma civilização/sociedade/cultura faz-se necessário uma vez que possibilita a compreensão e melhor elaboração de estratégias que visem reparar as

desigualdades sociais. A compreensão da dinâmica religiosa apresentada e a influência que esta exerceu sobre as sociedades possibilitou refletir sobre o modo de vivência da mulher passada, e conhecer a gênese de desigualdades de gênero que ainda pairam na sociedade. O intuito não foi apresentar a religião em sua essência como negativa, mas ressaltar que a maneira como o homem se apropriou dela para difundir seus próprios interesses trouxe agravantes e prejuízos à sociedade.

O patriarcado não surgiu na sociedade contemporânea, contudo é nela que as mulheres atuais podem conclamar poderes e forças para que seja extinto visto que este sistema apregoa a desigualdade. A contextualização necessária tem por intuito trazer um desconforto ao se pensar na mulher das civilizações anteriores para que assim não se deixe retomar esse modelo e se criem forças na união para que este modelo seja vencido totalmente.

Citar o movimento feminista, seus ideais e os atos que possibilitaram conquistas é necessário na sociedade, visto que ainda há resquícios patriarcais que inferiorizam a mulher e apresentam vagamente sem argumentos contundentes que a mulher já conquistou tudo que se havia para conquistar. É evidente, se olhar para o passado e o comparar com a atualidade a mulher conquistou mais abertura, contudo é válido ressaltar que tais conquistas se deram pelas lutas das próprias mulheres, que em seu tempo eram consideradas revolucionárias utópicas.

Vale pontuar que o propósito ao que se objetivou esta revisão bibliográfica, debruçando-se em literaturas que elucidavam acerca da subjetividade feminina e sua autonomia a partir da discussão entre os pensamentos feministas contemporâneos face à religião ocidental cristã, foi desempenhada com êxito, propondo-se a uma reflexão crítica sobre os égides que cerceiam nossa construção cultural, ponderando sobre o ideário da mulher submissa, que foi silenciada e quimerizada em uma cultura patriarcal e machista. Conceber o Feminismo como movimento de mudança social, atrelando a Teologia Feminista dentro da religião é se propor a uma nova ótica em que não há inimizade entre a religião e o feminismo, mas sim, uma aliança que levará a uma revolução que trará libertação de preconceitos, de violências e outras mazelas que rondam a nossa sociedade, promovendo a igualdade social. Espera-se que, por intermédio deste estudo temático, sejam disseminados conceitos que ampliem ainda mais a discussão acerca do feminismo e a eficácia de sua luta, proporcionando desconstrução pessoal no leitor e transformação social no meio em que este está inserido.

Afinal, como na contemporaneidade a informação se propaga em alta velocidade através dos meios tecnológicos de comunicação, é possível pensar que as próprias revolucionárias de hoje colherão seus frutos no futuro não distante, e verão a liberdade e igualdade adentrando aos remotos cantos que ainda existir uma mulher vítima de um sistema patriarcal. Portanto, é crucial a urgência de conclamar as mulheres em seu tempo a serem revolucionárias para que as futuras possam usufruir direitos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Editora Argos, 2009.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e estado**, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922000000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 junho 2019.

ANDRIOLI, Liria Ângela; ANGELIN, Rosângela. A influência da religião na construção da identidade feminina e no movimento feminista e de mulheres. In: **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. 2012. p. 1455-1468. Disponível em: <<http://www.anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/23>>. Acesso em: 28 maio 2019.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2363>>. Acesso em: 01 maio 2019.

BARSTED, Leila Linhares. A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil. **Violência de gênero. Rio de Janeiro: Editora UFRJ**, p. 119-137, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0104-026X201500020054700005&lng=en>. Acesso em: 08 junho 2019.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos feministas. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 1, n. 1, p. 198-210, 2015. Disponível em: <<http://ojs.bce.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/18804/17482>>. Acesso em: 06 abril 2019.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. YouTube e a revolução digital. **São Paulo: Aleph**, p. 24, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205278/mod_resource/content/1/Burgess%20et%20al.%20-%202009%20-%20YouTube%20e%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Digital%20Como%20o%20maior%20fen%C3%B4meno%20da%20cultura%20participativa%20transformou%20a%20m%C3%ADdia%20e%20a%20socieda.pdf>. Acesso em: 10 junho 2019.

COELHO, Mayara Pacheco. Vozes que ecoam: Feminismo e mídias sociais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 1, p. 214-224, 2016. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/1543>. Acesso em: 25 abril 2019.

DE SOUZA, Joseane Pereira. FEMINISMO E POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO. **Revista Veredas da História**, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs->

2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/download/213/188>. Acesso em: 18 março 2019.

FRASER, Nancy. Feminism, capitalism, and the cunning of history. 2012. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00725055/>>. Acesso em: 05 abril 2019.

FURLIN, Neiva. Teologia feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico. **REVER-Revista de Estudos da Religião**, v. 11, n. 1, p. 139-164, 2011.

GALETTI, Camila Carolina H. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. **Anais do 18º Encontro da REDOR (UFRPE)**, 2014. Disponível em: <<https://www.paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/533-4654-1-PB.pdf>>. Acesso em: 13 junho 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=m%C3%A9todos+de+pesquisa+tatiana+engel+gerhardt&ots=92U7W2npMD&sig=Ti9Qc23Lw_XUYDS056tbv_1wiM8#v=onepage&q=m%C3%A9todos%20de%20pesquisa%20tatiana%20engel%20gerhardt&f=false>. Acesso em: 19 junho 2019.

GONÇALVES, Bruno Simões. A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. **Revista Psicologia Política**, v. 16, n. 37, p. 397-413, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000300011>. Acesso em: 27 maio 2019.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos pagu**, n. 27, p. 13-14, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n27/32137.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2019.

KROB, Daniéli Busanello. A Igreja e a violência doméstica contra as mulheres. In: **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. 2015. p. 208-216. Disponível em: <<http://www.anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/221>>. Acesso em: 05 junho 2019.

LANGNER, Ariane; ZULIANI, C. S.; MENDONÇA, Fernanda. O Movimento Feminista e o Ativismo Digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas online. In: **3o Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: Mídias e Direitos na Sociedade em Rede e V Congresso Iberoamericano de Investigadores e Docentes de Direito e Informática**. 2015. p. 3-12. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-12.pdf>>. Acesso em: 08 junho 2019.

LEMONS, Carolina Teles. Religião e Patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 11, n. 2, p. 201-217, 2013. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2795>>. Acesso em: 23 maio 2019.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 3, p. 801, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/8004>>. Acesso em 21 Junho 2019.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Representações diabolizadas da mulher em textos medievais. **DAVID, Sérgio Nazar. As mulheres são o diabo. Rio de Janeiro: EdUERJ**, p. 45-80, 2004. Disponível em: <https://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Romanico_Mais%20Informacao/Artigos/Sociedade/Representacoes_Diabolizadas_da_Mulher_em_Tempos_Medievais.pdf>. Acesso em: 08 junho 2019.

MEDEIROS, Maria Elisa Reinaldo de. # NãoTiraOBatomVermelho: como o vlog JoutJout Prazer contribui para a propagação do feminismo nas redes sociais da internet. 2016. Disponível em:<<http://bdm.unb.br/handle/10483/12261>>. Acesso em: 10 junho 2019.

MENDES, Raiana Siqueira; VAZ, BJ de O.; CARVALHO, Amasa Ferreira. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas- Universidade Federal da Paraíba**, n. 03, p. 88-99, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/25106>>. Acesso em: 04 abril 2019.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 06 abril 2019.

NUNES, Maria José Fontelas Rosado. Feminismo, Gênero e Religião-Os desafios de um encontro possível. **Estudos de religião**, v. 31, n. 2, p. 65-76, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342669>>. Acesso em: 23 maio 2019.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, v. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/As%20conquistas%20do%20movimento%20feminista.pdf>>. Acesso em: 17 março 2019.

PINO, Nádía Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 149-174, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n28/08.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 06 abril 2019.

QUEIROZ, Eneida Quadros. Feminismo é a ideia radical de que mulheres são gente. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 7, n. 13, p. 174-186, 2018.

Disponível em: <<http://ojs.bce.unb.br/index.php/museologia/article/view/17784/16278>>. Acesso em: 15 março 2019.

RODRIGUES, Alexsandra Gato; GADENZ, Danielli; DE LA RUE, Letícia Almeida. Feminismo. com: o movimento feminista na sociedade em rede. **Derecho y Cambio Social**, v. 11, n. 36, p. 33, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5472578>>. Acesso em: 09 junho 2019.

ROSADO, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **cadernos pagu**, n. 16, p. 79-96, 2001. Disponível : <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 maio 2019.

ROSADO-NUNES, Maria José. Direitos, cidadania das mulheres e religião. **Tempo social**, v. 20, n. 2, p. 67-81, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/ts/article/view/12579/14356>>. Acesso em: 10 Fevereiro de 2019.

ROSADO-NUNES, Maria José. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 294-304, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2006000100016&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 22 maio 2019.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; Juliana Gragnani. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News Brasil**. São Paulo. 30 setembro 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 15 junho 2019.

SAGRADA, Bíblia. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. **Revista e atualizada no Brasil**, v. 2, 1993.

SANTAMARINA, Diana Rivero; URETA, Ainara Larrondo. La actividad de las publicaciones feministas en red: retos para la transmisión de la cultura feminista en España. **Revista Teknokultura**, v. 13, n. 1, p. 117-140, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/TEKN/article/viewFile/52180/48770>>. Acesso em: 10 junho 2019.

SCHUMAHER, Maria Aparecida. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade-biográfico e ilustrado**. Zahar, 2000.

SURUAGY DO AMARAL DANTAS, Bruna. Sexualidade, cristianismo e poder. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 3, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/4518/451844633005/>>. Acesso em: 06 junho 2019.

VIEIRA, Vera de Fatima. **Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-22052013-163040/pt-br.php/en.php>>. Acesso em: 10 junho 2019.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica feminista. **BONNICI, Thomas. ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**, v. 3, p. 217-242, 2009. Disponível em:<<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf>>. Acesso em: 06 abril 2019.

ANEXOS

15/07/2019

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Camila Bastos Monteiro)



Camila Bastos Monteiro

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2707460786550104>ID Lattes: **2707460786550104**

Última atualização do currículo em 03/04/2018

Possui ensino-medio-segundo-graupela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Primavera(2012).
Tem experiência na área de Psicologia. (Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes)

Identificação

Nome	Camila Bastos Monteiro
Nome em citações bibliográficas	MONTEIRO, C. B.

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2014	Graduação em andamento em Psicologia. Faculdade de Educação e Meio Ambiente, FAEMA, Brasil.
2010 - 2012	Ensino Médio (2º grau). Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Primavera, EEEFM, Brasil.

Áreas de atuação

1.	Grande área: Ciências Humanas / Área: Psicologia.
----	---

Idiomas

Português	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.
Inglês	Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Pouco, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica